CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

NOTA DE IMPRENSA
11.11.2020

Instituições Privadas de Saúde e 70 Associações de Doentes assinam protocolo

O Conselho da Saúde da CIP promoveu um amplo debate entre os seus membros e 70 associações de doentes tendo em vista a promoção de melhores condições na relação entre instituições de saúde e doentes e garantir que os cidadãos têm acesso aos cuidados de saúde em qualidade e focados na pessoa doente.

Os membros do Conselho Estratégico Nacional da Saúde da CIP e 70 Associações de Doentes assinaram hoje, dia 11 de novembro, um documento de entendimento que estabelece medidas para garantir e melhorar o acesso das pessoas com doença aos Cuidados de Saúde. A assinatura do protocolo decorreu na Sede Nacional da SPEM – Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla e foi transmitida online através da plataforma zoom.

O protocolo prevê a adoção de medidas que resultam de objetivos comuns, nomeadamente "promover a humanização dos cuidados de saúde e aproximar os cuidados de saúde dos cidadãos"; "criar interoperabilidade digital em prol da melhoria do acesso e otimização de recursos"; "promover a ligação e aprofundar a relação entre instituições de saúde e doentes"; "garantir a qualidade e segurança dos serviços de saúde"; e "contribuir para o cumprimento dos Tempos Máximos de Resposta Garantidos".

O documento é composto por 13 medidas de implementação imediata, consensualizadas entre as Associações de Doentes e as instituições privadas do setor da saúde, para a retoma urgente dos cuidados de saúde a estes cidadãos. Entre as 13 medidas, destacam-se "a criação de um plano de recuperação específico" para o efetivo e urgente acesso aos Cuidados de Saúde Primários, "a criação de um Serviço de Apoio ao Doente" nas unidades de saúde de maior complexidade e dimensão, e a garantia de

acompanhamento do doente através de um “auxílio especial a todos as pessoas que dele necessitem, nomeadamente pessoas idosas” e as que “apresentem limitação das funções físicas ou mentais”.

O protocolo assinado define também pontos comuns em relação à necessidade de incentivar “a disponibilização de um contacto telefónico que assegure a triagem clínica” ao qual os doentes possam recorrer “em caso de agravamento da doença”, e determina que “os hospitais devem criar formas de comunicação de acesso digitais seguras do doente” que evitem “deslocações desnecessárias”.

Destaque ainda para o compromisso da rede de farmácias a dar continuidade à terapêutica dos doentes” no “âmbito dos modelos de dispensa de medicamentos hospitalares em proximidade”. As farmácias, em colaboração com o setor da distribuição, comprometem-se ainda “a estudar mecanismos de suporte ao serviço de entrega de medicamentos ao domicílio pelas farmácias”, tendo em vista a possibilidade de o “utente encomendar e receber os seus medicamentos sem sair de casa”.

Por sua vez, a Indústria Farmacêutica e a Indústria dos Dispositivos Médicos comprometem-se a desenvolver “Programas de Apoio aos Doentes” que permitam reforçar um serviço diferenciado, nomeadamente “a possibilidade de administração de fármacos ao domicílio, a criação de plataformas online de apoio aos doentes” e de aplicações de “monitorização de parâmetros” para “permitir uma melhor adesão à terapêutica”.

Para mais informações:

Ricardo Santos Ferreira| rsferreira@f5c.pt | 967 640 359

Sobre a CIP

A CIP – Confederação Empresarial de Portugal representa, diretamente e através da sua rede associativa, mais de 150 mil empresas, que empregam mais de 1,8 milhões de trabalhadores e são responsáveis por cerca de 71% do produto interno bruto (PIB) de Portugal.

Fundada em 1974, tem como visão ser a confederação empresarial mais representativa a nível nacional, uma estrutura associativa patronal forte, homogénea e abrangente que possa defender mais eficazmente os interesses das empresas portuguesas e representa, de uma forma transversal e equilibrada, entidades associativas sectoriais e regionais, bem como todas as Câmaras de Comércio e Indústria de Portugal.

Faz parte, a nível nacional, do Conselho Económico e Social e da Comissão Permanente de Concertação Social, entre muitos outros órgãos consultivos e comissões especializadas, e, a nível internacional, da BusinessEurope, BIAC, OIE e OIT.

Tem a sua sede em Lisboa e delegações no Porto e em Bruxelas.